

Brasiliiana Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	15
Declaração dos Diretores sobre as demonstrações contábeis	40
Declaração dos Diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes	41

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. José de Souza Campos, 507 –
12º andar Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Brasiliana Participações S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasiliana Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasiliana Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação das exposições fiscais

A Companhia é polo passivo em processos judiciais que somam o montante de R\$ 831.462 mil cuja natureza está relacionada às incertezas sobre o tratamento fiscal: **(i)** do aproveitamento de prejuízo fiscal; **(ii)** compensações administrativas de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social e créditos de imposto de renda retido na fonte; e **(iii)** dedutibilidade do ágio fiscal da incorporação da Companhia Brasileira de Energia sobre o imposto de renda e contribuição social.

A administração e seus assessores jurídicos concluíram que é provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal escolhido e, conseqüentemente, a Companhia mensurou os tributos sobre o lucro corrente e diferido de acordo com a sua declaração de impostos e não registrou qualquer tributo sobre o lucro a pagar sobre esses processos.

Como auditoria endereçou esse assunto

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos realizados na aplicação da política contábil para o tratamento da incerteza fiscal e o grau de habilidade ou conhecimento especializado necessário para aplicar procedimentos de auditoria para tratar do assunto e avaliar os resultados desses procedimentos. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho dos controles internos chaves, relacionados ao processo de reconhecimento e acompanhamento dos processos fiscais;
- Reconciliar as informações recebidas nas respostas das cartas de circularização, encaminhadas pelos assessores jurídicos internos e externos, com o relatório interno da Companhia sobre a posição dos processos em andamento, se atentando para a suficiência dos montantes esperados para liquidação da obrigação e a probabilidade de perda estimada para cada processo; e
- Análise se as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis consideram todos os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis aplicáveis ao tema.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o tratamento da incerteza fiscal dos tributos sobre o lucro, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.4 das demonstrações contábeis, que indica que em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada incorreram em prejuízo de R\$ 21.556 mil e, nesta data, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 55.889 mil e capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 24.078 mil. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.4, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na mesma nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes apresentados para fins de comparação

Os valores contábeis correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação e com parágrafo de incerteza sobre a continuidade operacional em 25 de março de 2022.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a estes riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos;
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas; e

- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	684	30	707	56
Investimentos de curto prazo	3	—	3.376	412	3.769
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	—	218	10	221
Outros ativos	6	4.424	1.771	4.424	1.777
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		5.108	5.395	5.553	5.823
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	2.354	2.452	4.531	4.508
Depósito judicial	5	3.273	3.010	3.942	3.624
Outros ativos	6	13.566	454	13.566	454
Investimento	7	2.726	2.523	—	—
Imobilizado, líquido		—	—	95	95
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		21.919	8.439	22.134	8.681
TOTAL DO ATIVO		27.027	13.834	27.687	14.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	7.011	49	7.011	49
Tributos e contribuições sociais a pagar		66	53	67	80
Dividendos a pagar	16	—	—	—	32
Outras obrigações		—	13	—	13
Obrigações de venda de controlada	8	22.559	20.668	22.553	20.668
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		29.636	20.783	29.631	20.842
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	6.617	—	6.617	—
Provisão para processos judiciais e outros	10	3.239	2.979	3.904	3.590
Obrigações de venda de controlada	8	17.778	19.799	17.778	19.799
Contas a pagar a partes relacionadas	16	25.646	4.638	25.646	4.638
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		53.280	27.416	53.945	28.027
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
Capital social subscrito e integralizado	11.1	85.299	85.299	85.299	85.299
Reservas de capital	11.3	3.937	3.937	3.937	3.937
Prejuízos acumulados		(145.125)	(123.601)	(145.125)	(123.601)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		(55.889)	(34.365)	(55.889)	(34.365)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		27.027	13.834	27.687	14.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Gerais e administrativas		(1.937)	(1.507)	(1.958)	(2.207)
Outras despesas operacionais		(68)	(38)	(69)	(39)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(2.005)	(1.545)	(2.027)	(2.246)
Resultado de equivalência patrimonial	7	171	(608)	—	—
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(1.834)	(2.153)	(2.027)	(2.246)
Receitas financeiras	13	550	923	801	1.037
Despesas financeiras	13	(5.739)	(4.354)	(5.795)	(4.375)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(5.189)	(3.431)	(4.994)	(3.338)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(7.023)	(5.584)	(7.021)	(5.584)
Contribuição social		(1)	—	(1)	—
Imposto de renda		(1)	—	(3)	—
TOTAL DOS TRIBUTOS	15	(2)	—	(4)	—
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(7.025)	(5.584)	(7.025)	(5.584)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	8 e 14	(14.531)	(13.871)	(14.531)	(13.871)
Prejuízo do exercício		(21.556)	(19.455)	(21.556)	(19.455)
Resultado por ação básico e diluído					
Por ação Preferencial e Ordinária	12	(0,03919)	(0,03537)	(0,03919)	(0,03537)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(21.556)	(19.455)	(21.556)	(19.455)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	(21.556)	(19.455)	(21.556)	(19.455)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Capital Social	Reserva Capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	85.299	3.937	(104.146)	(14.910)
Prejuízo do exercício	—	—	(19.455)	(19.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	85.299	3.937	(123.601)	(34.365)
Prejuízo do exercício	—	—	(21.556)	(21.556)
Dividendos prescritos de controlada			32	32
Saldos em 31 de dezembro de 2022	85.299	3.937	(145.125)	(55.889)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Atividades operacionais:					
Prejuízo do exercício nas operações em continuidade		(7.025)	(5.584)	(7.025)	(5.584)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa das atividades operacionais					
Variação monetária		260	97	314	118
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(187)	(127)	(187)	(165)
Juros sobre empréstimos partes relacionadas		1.315	—	1.315	—
Receita aplicação financeira em depósitos judiciais		(260)	(102)	(318)	(123)
Resultado da equivalência patrimonial	7	(171)	608	—	—
		(6.068)	(5.108)	(5.901)	(5.754)
Variação de ativos e passivos operacionais		(1.930)	5.732	(2.076)	5.707
		(7.998)	624	(7.977)	(47)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		327	27	327	69
Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo		3.293	(681)	3.275	(56)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais continuadas		(4.378)	(30)	(4.375)	(34)
Atividades de financiamento:					
Mútuo de partes relacionadas		19.693	—	19.693	—
Total caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		19.693	—	19.693	—
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento descontinuadas		(14.661)	—	(14.667)	—
Variação no caixa líquido da Companhia		654	(30)	651	(34)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		30	60	56	90
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		684	30	707	56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.007)	(1.545)	(2.027)	(2.246)
Outras despesas operacionais	(68)	(38)	(69)	(39)
Serviços de terceiros	(1.939)	(1.507)	(1.958)	(2.207)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.007)	(1.545)	(2.027)	(2.246)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(2.007)	(1.545)	(2.027)	(2.246)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(13.810)	(13.556)	(13.730)	(12.834)
Receitas financeiras	550	923	801	1.037
Resultado de participações societárias	171	(608)	—	—
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	(14.531)	(13.871)	(14.531)	(13.871)
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(15.817)	(15.101)	(15.757)	(15.080)
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(15.817)	(15.101)	(15.757)	(15.080)
Tributos (Governo)	—	—	4	—
Federais	—	—	4	—
Imposto de renda e contribuição social	—	—	4	—
Remuneração de capitais de terceiros	5.739	4.354	5.795	4.375
Juros	5.739	4.354	5.795	4.375
Remuneração de capitais próprios	(21.556)	(19.455)	(21.556)	(19.455)
Prejuízo do exercício	(21.556)	(19.455)	(21.556)	(19.455)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasileira Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. ("AHB"), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário na AES Elpa S.A. ("AES Elpa") mediante participação direta no capital dessa sociedade.

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

1.1 Dados sobre subsidiária

AES Elpa S.A. - A Companhia detém o controle da AES Elpa, que é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

Em 15 de agosto de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa divulgaram ao mercado fato relevante, informando que a Administração da Companhia estudava a possibilidade e conveniência de submeter à Comissão de Valores Mobiliários – CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a reorganização societária que envolveu as Companhias e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), nos termos da regulamentação aplicável e resguardados os direitos dos acionistas minoritários da controlada.

Desta forma, atualmente a controlada direta AES Elpa é uma sociedade anônima de capital fechado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 28 de março de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, submetendo-a, nesta data, à análise prévia do Conselho Fiscal e deliberação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

2.2 Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e sua controlada adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e sua controlada são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: provisão para processos judiciais e outros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração e valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações contábeis. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

2.4 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade, indicando que conseguirá cumprir com os pagamentos das obrigações divulgadas nas notas explicativas Obrigações com Venda de Controlada e Provisões para Processos Judiciais e outros (Notas 8 e 10).

A Companhia e sua controlada incorreram num prejuízo de R\$ 21.556 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, nesta data, a Companhia possui patrimônio líquido negativo de R\$ 55.889 e capital circulante líquido consolidado negativo (os passivos circulantes consolidados excedem os ativos circulantes consolidados) de R\$ 24.078 Os principais passivos da Companhia são as obrigações estabelecidas no contrato de compra e venda das ações da Uruguaiana (antiga controlada), em que a Companhia é responsável pelos processos judiciais descritos na nota 8, e outros processos judiciais da Companhia conforme descritos na nota 10.

Como a Companhia e sua controlada dependem de financiamentos e aportes a serem acordados com os seus acionistas e ambas as situações não representam um compromisso formalizado, essas condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a sua continuidade operacional. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos na realização dos seus ativos e cumprimento de certas obrigações, pelos valores reconhecidos em suas informações contábeis.

- Controlada AES Elpa

A controlada AES Elpa não possui qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, não há fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Elpa, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e sua controlada são baseadas em relatórios consolidados. A Companhia e sua controlada são holdings não operacionais. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento Holding como passível de reporte.

2.5 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, sua controlada é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2022, estão evidenciadas a seguir:

Alteração ao IFRS 3/CPC 15 (R1): Combinação de Negócios

As alterações ao IFRS 3/CPC 15 (R1) substituem as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. Eles também adicionam requisitos explícitos que:

- a. Para obrigações dentro do escopo do IAS 37/CPC 25, um adquirente realiza a aplicação da norma para determinar se na data de aquisição existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados;
- b. Para uma taxa que estaria dentro do escopo da IFRIC 21, o adquirente realiza a aplicação da norma para determinar se o evento obrigatório que dá origem a um passivo para pagar a taxa ocorreu na data de aquisição;
- c. Um adquirente não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

Alteração ao IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado

A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37/CPC 25: Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As alterações ao IAS 37/CPC 25 especificam que, ao determinar se um contrato é oneroso, devem ser considerados os custos diretamente relacionados a esse contrato. As alterações também especificam que esses custos consistem tanto nos custos incrementais do cumprimento de um contrato (por exemplo, mão de obra direta e materiais) quanto na alocação de outros custos diretos (dando o exemplo da taxa de depreciação de um item do ativo imobilizado utilizados no cumprimento desse contrato, entre outros).

Aprimoramentos anuais – Ciclo 2018-2020:

- a. IFRS 1/CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que o adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- b. IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- c. IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- d. IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola: remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41/CPC 29 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

2.7 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial.	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Passivo não circulante com 'covenants'.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	Requisitos de mensuração para passivos de arrendamento decorrentes de transações de venda e 'leaseback'.	1º de janeiro de 2024

2.8 Critérios de consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a controladora e controlada são eliminados.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as demonstrações da Companhia e sua controlada, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A seguinte entidade é considerada como controlada da Companhia e está incluída nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		14/07/1905	13/07/1905
Participação direta:			
Elpa	Holding	100%	100%

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses, são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tipo de operação				
Numerário disponível	53	30	76	56
Operação compromissada	631	—	631	—
Total	684	30	707	56

Investimentos de curto prazo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tipo de operação				
CDB-DI	—	3.376	412	3.769
Total	—	3.376	412	3.769

Os investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2022 estão representados por operações com CDB com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 80,00% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (93,35% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE				
Imposto de renda retido na fonte	—	218	10	221
Total	—	218	10	221
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda	2.352	2.429	4.526	4.485
Contribuição social	2	23	5	23
Total	2.354	2.452	4.531	4.508

A Companhia e sua controlada são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar na Companhia e sua controlada, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e sua controlada, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais. Devido à incerteza quanto ao prazo de resposta dos pedidos de restituição ou compensação, a Companhia e sua controlada passaram a reconhecer esses saldos como ativo não circulante.

5. DEPÓSITO JUDICIAL

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (nota nº 10.1)	3.273	3.010	3.942	3.624
Total	3.273	3.010	3.942	3.624

6. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>CIRCULANTE</u>				
Seguros a apropriar	4.424	1.771	4.424	1.771
Outros	—	—	—	6
Total	4.424	1.771	4.424	1.777
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Seguros a apropriar	13.566	454	13.566	454
Total	13.566	454	13.566	454

7. INVESTIMENTO

Composição dos investimentos	AES Elpa
Participação direta	
31.12.2022	100,00%
31.12.2021	100,00%
Quantidade de ações ordinárias - 31.12.2022	93.404.112
Percentual de participação em ações ordinárias - 31.12.2021	100,00%
Quantidade de ações ordinárias - 31.12.2021	93.404.112
Percentual de participação em ações ordinárias - 31.12.2021	100,00%
Valor do capital social	
31.12.2022	12.780
31.12.2021	12.780
Patrimônio Líquido	
31.12.2021	2.523
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	<u>2.523</u>
Patrimônio Líquido	
31.12.2022	2.726
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	<u>2.726</u>
Resultado do período	
31.12.2022	
Lucro da controlada no exercício	<u>171</u>
Movimentação do investimento	AES Elpa
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.131</u>
Equivalência patrimonial	(608)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.523</u>
Equivalência patrimonial	171
Dividendos prescritos de controlada	32
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.726</u>

8. OBRIGAÇÕES DE VENDA DE CONTROLADA

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
<u>CIRCULANTE</u>		
Provisão para processos judiciais e outros (a)	16.497	132.019
Provisão para processos judiciais e outros (c)	6.062	—
Escrow e saldo de Caixa (b)	—	(111.351)
Total	22.559	20.668
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Provisão para processos judiciais e outros (c)	14.572	22.502
Indenizações gerais e outras obrigações (d)	11.537	10.220
Earn-Out a receber (e)	(8.331)	(12.923)
Total	17.778	19.799

De acordo com o contrato de compra e venda de ações a Companhia continuará sendo responsável pelas seguintes contingências referentes à Uruguiana após o *closing* da operação:

(a) Provisão para processos judiciais e outros com probabilidade de perda provável

- Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia nos períodos de dezembro de 2000 a março de 2002 - A Uruguiana ingressou com ação em face da ANEEL, da ONS e da MAE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS (Encargo de Serviços de Sistema); (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com conseqüente manutenção dos preços praticados pela Uruguiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar as paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da Uruguiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para a antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001. Em agosto de 2022 foi realizado o pagamento parcial no montante de R\$ 46.308 utilizando-se a *escrow* e saldo de caixa (item b). Em 05 de outubro de 2022, a Brasiliana Participações S.A e a Âmbor Comercializadora de Gás LTDA., atual controladora da Uruguiana firmaram um termo para quitação do saldo da contingência do MAE, no montante de R\$ 86.324. Conseqüentemente, o processo foi liquidado via CCEE, sendo que foram usados recursos financeiros de: (i) o saldo de caixa e de conta *Escrow*, que estavam sob controle da Âmbor, (ii) saldo da conta *Escrow* constituída na Brasiliana Participações S.A e (iii) mútuo mencionado na nota explicativa de partes relacionadas, nota 16.

- Ressarcimento ANEEL - Em 12 de junho de 2020 a Uruguiana impetrou um pleito junto à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), requerendo o ressarcimento dos custos da operação emergencial da UTE Uruguiana que ocorreu em 2015 com base no atendimento do Ofício nº 003/2020-SRG/ANEEL de 8 de janeiro de 2020. O total do pleito foi de R\$ 28.006, no entanto a Uruguiana tem uma obrigação com a Sulgás referente a custos de *Demurrage* e *Boil off* que totalizam R\$ 13.305 e que devem ser liquidados no momento em que a ANEEL efetuar o ressarcimento à Uruguiana. Desta forma o valor justo desse ativo foi inicialmente estimado em R\$ 14.701, registrado como outros ativos não circulante. No entanto, em 26 de janeiro de 2021, a ANEEL, por meio do Ofício nº 001/2021, responde à sua ex-controlada Uruguiana sobre o pleito realizado, informando que inicialmente de acordo com os seus controles não há um valor a receber pela Companhia e sim um valor a pagar equivalente a R\$ 14.225 que em 31 de dezembro de 2022 totaliza um montante de R\$ 16.498 (R\$ 15.611 em 31 de dezembro de 2021). Desta forma, a Administração da Companhia está trabalhando junto a ANEEL para confirmar e comprovar todos os itens do cálculo e assim definir um valor final com à ANEEL.

(b) *Escrow* e caixa - Em contrapartida às obrigações mencionadas acima, o montante de R\$77.700 (*Escrow* no montante de R\$ 59.000 e um saldo de caixa de R\$ 18.700) relativos às disponibilidades da Uruguaiana no momento da venda, foram dadas como garantia para cobrir as obrigações supracitadas. O valor total foi utilizado no pagamento do MAE, conforme descrito no item (a) dessa mesma nota explicativa.

Adicionalmente, a Companhia constituiu conta *escrow* no montante de R\$ 25.000. O valor também foi utilizado no pagamento do MAE.

(c) Provisões para processos judiciais e outros com probabilidade de perda possível

- PIS/COFINS sobre receita de exportação - Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a Uruguaiana em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela Uruguaiana.

Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável à Companhia pelo Tribunal administrativo (CARF). Em decorrência, em janeiro de 2015 a Companhia impetrou mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia, dando ensejo a interposição do recurso de apelação. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância favorável à Companhia. Em face desta decisão, em dezembro de 2016 a União Federal interpôs recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em junho de 2021, foi proferida decisão pelo STJ, negando provimento ao recurso especial interposto pela União. Em maio de 2022, foi confirmado que a Procuradoria não interpôs novo recurso. Com isso, tornou-se definitiva a decisão favorável a Companhia. Em decorrência, foi apresentada petição (nos autos da execução fiscal) informando a decisão final favorável proferida nos autos do Mandado de Segurança. Em julho de 2022, foi proferida sentença de extinção da execução encerrando o processo definitivamente. Com isso, a provisão no montante de R\$ 7.056 foi revertida.

- Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - A Uruguaiana foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre informações contábeis e fiscais.

Em julho de 2016, a Uruguaiana foi intimada da decisão que negou provimento ao recurso especial relativo a duas compensações administrativas (COFINS e CSLL). Em relação a essas duas compensações não há mais a possibilidade de recurso e, em setembro de 2016, foi ajuizada ação declaratória para possibilitar a garantia do débito, através de seguro garantia, e a consequente suspensão da exigibilidade do débito, na qual se aguarda decisão de 1ª instância. Em outubro de 2016, os débitos foram inscritos em dívida ativa e, portanto, sofreram o acréscimo dos encargos legais estabelecidos pelo Decreto lei nº. 1025/69. Em outubro de 2016 foi ajuizada Execução Fiscal para cobrança dos débitos objeto da garantia. Em novembro de 2016, a Companhia apresentou Embargos à Execução Fiscal para discutir o mérito do processo, no qual se aguarda decisão de 1ª instância. Diante dos fatores expostos, a Companhia entende, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda dessa causa continua possível. Quanto às demais compensações, aguarda-se o julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$20.634 (R\$19.299 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Indenizações gerais e outras obrigações

Indenizações gerais - Referem-se a eventuais danos que possam ocorrer relacionados a problemas técnicos e de meio ambiente na usina de Uruguaiana pelos quais a Companhia deverá indenizar o Comprador caso ocorram em um período de 3 anos. O valor justo na data da venda foi de R\$6.096. O valor atualizado de R\$10.174 em 31 de dezembro de 2022 (R\$8.856 em 31 de dezembro de 2021), registrado como outras obrigações no passivo não circulante.

Outras obrigações - Referem-se aos custos com P&D e encargos com empregados que foram assumidos pela Brasileira. O montante apurado é de R\$1.364 e está registrado como outras obrigações no passivo não circulante.

Para mensurar valor justo das obrigações supracitadas, na data da venda, a Companhia utilizou a metodologia de probabilidade de cenários ponderados. A expectativa do encerramento desses processos é até 31 de dezembro de 2023, portanto, foi necessário efetuar o ajuste a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 12,02% a.a.

(e) *Earn-out* a receber - O Contrato de compra e venda de ações define que a Companhia deve receber uma quantia equivalente a R\$4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por MW gerados pela Uruguaiana após a data do *closing* até a data de 31 de dezembro de 2026 sendo que esse valor está limitado a R\$41.000. Para mensurar o valor justo desse montante a Companhia contratou uma consultoria externa que com base em projeções futuras do PLD e do preço do gás estimou um valor justo de R\$13.150 a ser recebido até 31 de dezembro de 2026. Para o cálculo do valor presente foi considerada uma taxa de desconto de 8,90% a.a e, assim, o valor justo na data da venda foi calculado em R\$9.588. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$8.332 (R\$12.923 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação das obrigações de venda de controlada é como segue:

	2021	Atualizações monetárias	(Pagamentos) / Resgates	Outras Movimentações (i), (ii) e (iii)	Transferências	2022
CIRCULANTE						
Provisão para processos judiciais e outros	132.019	9.345	(132.633)	7.767	6.061	22.559
Escrow e saldo de Caixa	(111.351)	(5.466)	116.817	—	—	—
Subtotal	20.668	3.879	(15.816)	7.767	6.061	22.559
NÃO CIRCULANTE						
Provisão para processos judiciais e outros	22.502	5.188	—	(7.057)	(6.061)	14.572
Indenizações gerais e outras obrigações	10.220	1.317	—	—	—	11.537
Earn-Out a receber	(12.923)	(1.243)	1.699	4.136	—	(8.331)
Subtotal	19.799	5.262	1.699	(2.921)	(6.061)	17.778
Total	40.467	9.141	(14.117)	4.846	—	40.337

(i) O montante de R\$7.767 refere-se ao complemento da provisão para processos judiciais e outros relativos à liquidação de compra e venda de energia nos períodos de dezembro de 2000 a março de 2022, vide nota 8 (a) e 18.

(ii) O montante de R\$7.056 refere-se a reversão parcial da provisão para processos judiciais e outros relativos ao processo de PIS e COFINS sobre receita de exportação, vide nota 8 (c).

(iii) No dia 24 de fevereiro de 2022 foi recebido o montante de R\$ 1.698 referente ao *Earn-out*. Em dezembro de 2022, *devida* a probabilidade baixa de despacho térmico, Companhia reavaliou os cálculos do *Earn-out* e ajustou o saldo a receber em R\$4.136.

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE				
Seguros a pagar (i)	6.622	—	6.622	—
Outros	389	49	389	49
Subtotal	7.011	49	7.011	49
NÃO CIRCULANTE				
Seguros a pagar (i)	6.617	—	6.617	—
Subtotal	6.617	—	6.617	—
Total	13.628	49	13.628	49

(i) Em 30 de junho de 2022 foi renovado duas apólices junto ao Banco BMG que garantem dois processos administrativos. O prazo de vigência de ambas as apólices é de 30 de junho de 2027.

10. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

10.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fiscal				
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	3.239	2.979	3.904	3.590
Total	3.239	2.979	3.904	3.590

A movimentação das provisões dos processos judiciais é como segue:

	Controladora			Controladora		
	Saldo em 31/12/2020	Atualizações	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Atualizações	Saldo em 31/12/2022
Fiscal						
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras (a)	2.882	97	2.979	2.979	260	3.239
Total	2.882	97	2.979	2.979	260	3.239

	Consolidado			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2020	Atualizações	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Atualizações	Saldo em 31/12/2022
Fiscal						
Pis / Cofins - sobre receitas financeiras	3.471	119	3.590	3.590	314	3.904
Total	3.471	119	3.590	3.590	314	3.904

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

(a) Fiscal: PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia e sua controlada discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Enquanto não se tinha decisão de mérito a Companhia e sua controlada efetuava depósitos judiciais sobre os valores em discussão judicial. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia e sua controlada, efetuaram provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento deverá ser aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria.

10.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Fiscal	831.462	797.446
Cível (i)	Não determinado	Não determinado
Total	831.462	797.446

(i) Os processos cíveis não possuem valor quantificável e por isso deve-se considerar os saldos como não determinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

(a) Fiscal

(a.1) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$635.660 atualizado até 31 de dezembro de 2022 (R\$604.192 em 31 de dezembro de 2021) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.

Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº. 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em 1ª instância. Em 2ª instância, foi apresentado Recurso Voluntário, para o qual foi proferida decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em maio de 2018, a Companhia foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança dos débitos em questão.

Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal, em abril de 2021, foi proferida decisão de primeira instância que rejeitou os embargos à execução, sem a análise do mérito. Em face dessa decisão a Companhia opôs embargos de declaração.

Em maio de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

(a.2) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na 1ª instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.

Em agosto de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em março de 2018, a Companhia interpôs recurso especial. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos à execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida sentença que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Companhia. Em face da referida decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021 foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$83.868 atualizado até 31 de dezembro de 2022 (R\$80.397 em 31 de dezembro de 2021).

(a.3) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Companhia foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio – JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. Em decorrência, foi apresentada defesa administrativa. Em abril de 2011, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso voluntário.

Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa, a qual deu integral provimento ao recurso voluntário da Companhia, cancelando a cobrança consubstanciada no processo em questão. Em fevereiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que a Procuradoria não interpôs recurso especial. Com isso, tornou-se definitiva a decisão favorável a Companhia. No entanto, após o retorno dos autos para a Delegacia da Receita Federal, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$ 4.752, atualizados até 31 de dezembro de 2022. Em decorrência, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos à execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

(a.4) Auto de infração – Ágio (2013/2016)

Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando à cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 369.123 atualizado até 31 de dezembro de 2022 (R\$336.226 em 31 de dezembro de 2021). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela coligada AES Brasil Operações S.A (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016.

Após a análise do auto de infração, a coligada AES Brasil Operações S.A verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração (R\$369.123), R\$106.016 seriam de responsabilidade da Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$ 263.106 atribuíveis à coligada AES Brasil Operações S.A. Em relação a parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a coligada AES Brasil Operações S.A notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a coligada AES Tietê Energia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da coligada AES Tietê Energia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 atualizados até 31 de dezembro de 2021.

A coligada AES Tietê Energia interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à coligada AES Tietê Energia, a Companhia terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Sendo assim, deverá monitorar o caso, bem como a atualização dos valores.

(b) Cível

(b.1) Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública, em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Companhia, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás. Tal ação foi proposta perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo com o objetivo de questionar determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ao qual foi atribuído efeito suspensivo. Em primeiro grau, em junho de 2005, a Companhia apresentou defesa prévia. Em julho de 2006, foi proferida decisão recebendo parcialmente a inicial, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento pela Companhia, o qual visava não apenas a cassação da decisão e a consequente exclusão da Companhia do polo passivo da demanda, mas também que fosse reconhecida a competência da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para processamento e julgamento da demanda. Foi atribuído efeito suspensivo ao recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009, sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da Companhia, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão, o Ministério Público Federal interpôs recurso especial. Como referido recurso não era dotado de efeito suspensivo, os autos retomaram seu normal curso perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa). Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobadas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo.

Os recursos especial e extraordinário aguardam julgamento perante o STJ e STF. Por outro lado, a Companhia interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso da Companhia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa apresentaram recurso ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Em novembro de 2019, transitou em julgado a decisão que negou provimento ao recurso da Companhia e da controlada AES Elpa (apresentados em face da decisão que determinou o seguimento da ação). Sendo assim, o processo voltou a tramitar em 1ª instância e os demais réus foram citados. Em 14 Setembro de 2021, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da Companhia.

Em suma, foram indeferidos os pleitos realizados pelo Ministério Público Federal de São Paulo contra AES Elpa e AES Transgás (Brasiliiana Participações) relativos a suposta infração do BNDES à Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), no que se refere aos empréstimos realizados pela AES Elpa e AES Transgás (Brasiliiana Participações) para aquisição de ações da Eletropaulo. Em 01 Outubro de 2021, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual será analisado pelo Tribunal.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

10.3 Seguro garantia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui seguros garantia para processos judiciais, conforme relação a seguir:

Natureza	2022			2021		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
<u>Companhia (i)</u>						
Fiscal	4	698.671	0,50% a 0,65%	4	680.849	0,39% a 0,59%

(i) Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal no montante de R\$696.626 (R\$678.829 em 31 de dezembro de 2021); e (b) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL no montante de R\$2.045 (R\$2.020 em 31 de dezembro de 2021).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.299 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, dividido em 550.000.008 ações, sendo 507.692.309 ações ordinárias e 42.307.699 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

11.2 Composição acionária

	2022		2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPar	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
Total das ações	507.692.309	100,00	507.692.309	100,00
	2022		2021	
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	—	6	—
BNDESPar	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
Total das ações	42.307.699	100,00	42.307.699	100,00

11.3 Reservas

	2022	2021
Reservas de capital:		
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i)	(7.481)	(7.481)
Transferência de investimento entre sócios (ii)	11.130	11.130
Efeito de alteração de participação em controlada (iii)	(16.817)	(16.817)
Venda de participação societária da AES Serviços (iv)	17.105	17.105
Total	3.937	3.937

(i) A Reorganização Societária ocorrida em 31 de dezembro de 2016 foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R\$7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC. Por se tratar de transação de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital. Para maiores detalhes vide nota explicativa 10.

(ii) Em 13 de junho de 2006, a AHB e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul ("Opção") de titularidade do Grupo AES para a Brasileira Energia S.A. (companhia com participações da AHB e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasileira Energia S.A. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle.

(iii) Em 30 de dezembro de 2016 (vide nota nº 10) devido à reorganização societária ocorrida, foi assegurado o direito de recesso aos acionistas da controlada AES Elpa que dissentiram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, com pagamento de reembolso calculado com base no valor contábil de suas ações apurado a partir das informações financeiras da controlada AES Elpa levantadas em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 1º de março de 2016. Os acionistas da controlada AES Elpa titulares de 1.113.626 ações ordinárias efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017 sendo o efeito reflexo registrado na Companhia nesta data, como reserva de capital.

Em 20 de abril de 2017 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada.

O valor da recompra de ações foi de R\$17.105, sendo reconhecido pela controlada AES Elpa como redução de capital social, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R\$16.807.

Em 8 de outubro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 543.313 ações ordinárias, as quais representavam a totalidade das ações de emissão da controlada AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 93.947.427 para 93.404.113 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 99,42% para 100% a sua participação na referida controlada.

Com o respectivo e posterior cancelamento das ações houve a redução do capital social da controlada AES Elpa no montante de R\$5, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica "Efeito de alteração de participação em controlada", o montante de R\$10.

(iv) No dia 14 de maio de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Serviços para a AES Holdings do Brasil Ltda. no qual foi efetivado após o cumprimento das condições precedentes plenamente atendidas em 01 de julho de 2019.

12. RESULTADO POR AÇÃO

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas a seguir contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Numerador:		
Resultado líquido do período proveniente de operações em continuidade	(7.025)	(5.584)
Resultado líquido do período proveniente de operações em descontinuidade	(14.531)	(13.871)
Resultado líquido	(21.556)	(19.455)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308
Resultado por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,03919)	(0,03537)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	(0,03919)	(0,03537)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

13. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	210	1.161	258	1.200
Atualização de créditos tributários	207	100	366	160
Atualização de depósitos judiciais	278	97	333	117
PIS e COFINS sobre receita financeira	(145)	(435)	(156)	(440)
Total	550	923	801	1.037
Despesas Financeiras				
Cartas de fiança e seguros garantia	(4.161)	(3.890)	(4.163)	(3.890)
Atualização monetária de processos judiciais (nota nº 10.1)	(260)	(97)	(314)	(118)
Juros sobre mútuo (nota nº 16.1)	(1.354)	(255)	(1.354)	(255)
Outras despesas financeiras	36	(112)	36	(112)
Total	(5.739)	(4.354)	(5.795)	(4.375)
Total resultado financeiro	(5.189)	(3.431)	(4.994)	(3.338)

14. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Na demonstração do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022 o total apresentado como resultado de operações descontinuadas refere-se principalmente a movimentações das obrigações da venda da ex-controlada Uruguaiana, conforme segue:

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	2022		2021	
Atualização da provisão para processos judiciais e outros	(14.533)	(18.954)		
Complemento de provisão para processos judiciais e outros	(7.767)	—		
Baixa de provisão para processos judiciais e outros	7.057	—		
Baixa de Earn-Out a receber	(4.136)	—		
Atualização da escrow e do saldo de caixa	5.466	7.198		
Atualização das indenizações gerais, outras obrigações e provisões	(1.317)	(4.571)		
Atualização do Earn-Out a receber	1.243	2.456		
Honorários advocatícios	(544)	—		
Total	(14.531)	(13.871)		

Em função dos montantes da operação descontinuada referirem-se à variação monetária dos saldos das obrigações de venda, os mesmos não afetaram o caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Correntes	(1)	(1)	—	—	(3)	(1)	—	—
Total	(1)	(1)	—	—	(3)	(1)	—	—
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:								
Resultado antes dos tributos	(21.554)	(21.554)	(5.584)	(5.584)	(21.552)	(21.552)	(5.584)	(5.584)
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	(171)	(171)	(608)	(608)	—	—	—	—
Atualização SELIC de créditos tributários	(207)	(207)	(100)	(100)	(367)	(207)	(160)	(160)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído (i)	19.112	19.112	526	526	19.108	19.112	(22)	(22)
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído.	2.825	2.836	5.766	5.766	2.832	2.658	5.766	5.766
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—
Total das adições (exclusões)	21.559	21.570	5.584	5.584	21.573	21.563	5.584	5.584
Resultado ajustado	5	16	—	—	21	11	—	—
Base de cálculo	5	16	—	—	21	11	—	—
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional								
Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	(1)	(1)	—	—	(3)	(1)	—	—
Total da receita (despesa) com tributos	(1)	(1)	—	—	(3)	(1)	—	—
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

(i) A Companhia apurou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, prejuízo fiscal e base negativa, não havendo imposto de renda e contribuição social correntes a pagar.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal	95.778	122.549	111.962	139.406
Base negativa contribuição social	95.778	122.549	115.509	142.953
Diferenças temporárias ativas	6.982	9.930	7.451	10.399

16. PARTES RELACIONADAS

16.1 Transação com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PASSIVO				
Dividendos a pagar:				
BNDESPar	—	—	—	32
Subtotal	—	—	—	32
Mútuo:				
AES Brasil Ltda. (i)	5.785	4.638	5.785	4.638
AES Holding Brasil Ltda. (ii)	19.861	—	19.861	—
Subtotal	25.626	4.638	25.646	4.638
Total do passivo com partes relacionadas	25.646	4.638	25.646	4.670

(i) Em 29 de julho de 2021, a AES Brasil Ltda., parte relacionada e controlada indireta da The AES Corporation, firmou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$4.383, com juros de 163% do CDI + 3,04% a.a e com vencimento em parcela única em 29 de julho de 2024.

(ii) Em 01 de junho de 2022, a AES Holding Brasil Ltda., parte relacionada e controlada indireta da The AES Corporation, firmou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$2.063, com juros de 100% do CDI + 1,66% a.a e com vencimento em parcela única em 01 de junho de 2025. Em 12 de setembro e 4 de outubro de 2022 a AES Holding Brasil Ltda firmou novos mútuos de R\$700 e R\$15.800 com as mesmas características descritas acima.

As movimentações dos mútuos em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Controladora e Consolidado		
	AES Brasil Ltda	AES Holding Brasil Ltda	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.638	—	4.638
Ingresso	—	19.693	19.693
Encargos financeiros	1.147	168	1.315
Saldos em 31 de dezembro 2022	5.785	19.861	25.646

O impacto no resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrado a seguir:

	Controladora		Controladora e Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado				
AES Brasil Ltda. (nota 12)	(255)	(255)	(1.354)	(255)
Total	(255)	(255)	(1.354)	(255)

16.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pelo Conselho de Administração. A remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Benefícios de curto prazo	116	346
Total	116	346

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada são como segue:

	Notas	Controladora				Categoria
		2022		2021		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	3	684	684	30	30	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	—	—	3.376	3.376	Valor Justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	5	3.273	3.273	3.010	3.010	Custo amortizado
Total		3.957	3.957	6.416	6.416	
<u>PASSIVO (Circulante e não circulante)</u>						
Fornecedores	9	13.628	13.628	49	49	Custo amortizado
Contas a pagar a Partes Relacionadas	16	25.646	25.646	4.638	4.638	Custo amortizado
Total		39.274	39.274	4.687	4.687	
	Notas	Consolidado				Categoria
		2022		2021		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	3	707	707	56	56	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	412	412	3.769	3.769	Valor Justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	5	3.942	3.942	3.624	3.624	Custo amortizado
Total		5.061	5.061	7.449	7.449	
<u>PASSIVO (Circulante e não circulante)</u>						
Fornecedores	9	13.628	13.628	49	49	Custo amortizado
Dividendos a pagar	16	—	—	32	32	Custo amortizado
Contas a pagar a Partes Relacionadas	16	25.646	25.646	4.638	4.638	Custo amortizado
Total		39.274	39.274	4.719	4.719	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs). Os CDBs são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

17.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e sua controlada, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e da controlada, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Gestão de Riscos – aplicável para Companhia

É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégicos, financeiros, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia está exposta.

Entre as competências do Conselho Fiscal, cabe ao mesmo acompanhar e discutir o processo formal de gestão de riscos efetuado pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e de sua controlada, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

Controles Internos – aplicável para Companhia e sua controlada

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das demonstrações contábeis e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Ética e Compliance – aplicável para Companhia e sua controlada

A Companhia e sua controlada estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de Compliance visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo a condução de um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as suas transações comerciais.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia e de sua controlada, incluindo Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

Processos Judiciais – aplicável para Companhia e sua controlada

A Companhia e sua controlada se utilizam de relatórios preparados por consultores jurídicos para embasar suas avaliações sobre o mérito e risco de perda dos processos judiciais, sendo que os mais relevantes possuem seguros garantias conforme descritos na nota explicativa nº 9.3, reduzindo assim o risco de desembolsos associados a estes processos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e sua controlada utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco rating inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia e sua controlada: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia e de sua controlada: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

Consolidado	2022
Caixa e equivalentes de caixa	707
Investimentos de curto prazo	412
Total da exposição	1.119

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados e (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros e obrigações de venda da Companhia e de sua controlada. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Posição em 31 de dezembro de 2022	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	—	7.011	6.617	—	—
Obrigações de venda de controladas	—	22.559	27.234	—	—
Mútuo	—	—	—	28.558	—
Total	—	29.570	33.851	28.558	—

(b.3) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia e sua controlada controlam sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e sua controlada podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e sua controlada também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras da Companhia e de sua controlada foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 foi de R\$412.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos e mútuos e dos indexadores SELIC, IGPM e IPCA para os saldos de obrigação de vendas, aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nos dados disponíveis no Banco Central, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 31.12.2022	Projeção - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Investimentos de curto prazo	CDI	412	28	42	56	70	84
Mútuo	CDI	(25.646)	(1.739)	(2.608)	(3.478)	(4.347)	(5.216)
SELIC			6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Contingência de PIS/COFINS	SELIC	(10.173)	(690)	(1.035)	(1.380)	(1.724)	(2.069)
IGPM			2,24%	3,36%	4,48%	5,60%	7,00%
Compensações administrativas	IGPM	(20.634)	(462)	(693)	(924)	(1.156)	(1.444)
<i>Earn-Out</i>	IGPM	8.332	187	280	373	467	583
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	8,18%
Ressarcimento	IPCA	(16.498)	(432)	(647)	(863)	(1.079)	(1.350)
Subtotal		(64.207)	(3.108)	(4.661)	(6.216)	(7.769)	(9.412)

18. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Responsabilidade civil de administradores - D&O	01/04/2022	01/04/2023	100.000

A apólice de Responsabilidade Civil Administradores – D&O, possui limite de proteção compartilhado entre a Companhia e sua controlada.

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Contábeis:

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

São Paulo, 28 de março de 2023.

Diretores:

Alessandro Gregori Filho
Diretor

Rogério Pereira Jorge
Diretor

Declaração dos diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes:

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, , DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Diretores:

Alessandro Gregori Filho
Diretor

Rogério Pereira Jorge
Diretor